

RECURSO ADMINISTRATIVO – JULGAMENTO DE PROPOSTA

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE MERCEDES
– PR**

Pregão Eletrônico nº 30/2026

Processo Licitatório nº 60/2026

UASG: 985531 – MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR

Lei nº 14.133/2021

RECORRENTE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 65.583.334/0001-80, com Endereço na Rua 20 de Março, S/N, Planalto do Oeste, na cidade de Nova Santa Rosa, Estado de Paraná, que neste ato regularmente representado por seu Sócio Proprietário, Srº Daniel Tiago Fiedler, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelas razões que passa a expor.

Recorrido: Julgamento da proposta do Item 2.

Licitante favorecido: A. CARNEVALI - LTDA – CNPJ 18.012.406/0001-50

I – SÍNTESE DOS FATOS

O presente procedimento licitatório tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática, dentre os quais o item referente a tablet, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

No curso da fase de julgamento das propostas, foi classificada a proposta do Licitante favorecido, a qual apresentou equipamento que, todavia, não atende integralmente às exigências editalícias, especialmente no que se refere ao processador exigido e à composição obrigatória do objeto.

A decisão merece reforma, uma vez que afronta diretamente os princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.

II – DA INCOMPATIBILIDADE DO PROCESSADOR OFERTADO E DA AUSÊNCIA DE EQUIVALÊNCIA TÉCNICA

O Termo de Referência estabelece, de forma expressa e objetiva, que o equipamento deve possuir processador **Qualcomm Snapdragon 695**, especificação técnica claramente delimitada, que serve como parâmetro mínimo de desempenho e arquitetura para o objeto licitado.

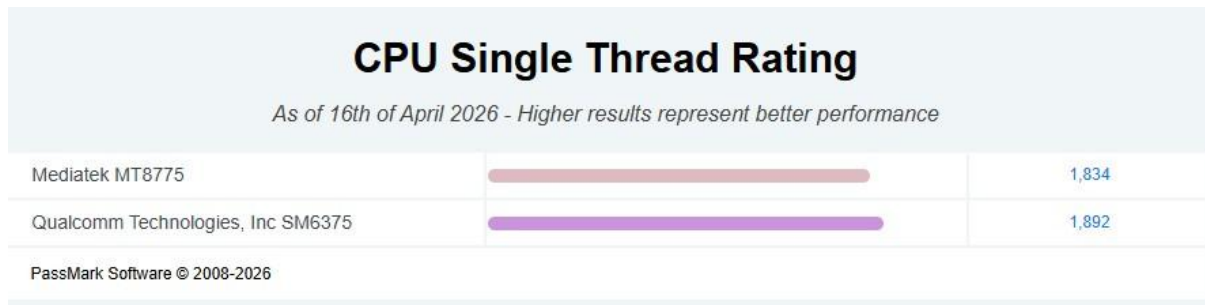
Entretanto, a proposta apresentada pela Licitante favorecida indica a utilização de processador **MediaTek MT8775**, pertencente a fabricante e arquitetura distintos, não havendo, no bojo da proposta, qualquer comprovação técnica de equivalência ou superioridade em relação ao modelo exigido.

Ainda que se admita, em tese, a possibilidade de aceitação de solução equivalente, tal equivalência deve ser demonstrada de forma objetiva, mediante critérios técnicos verificáveis e comparáveis, não sendo juridicamente admissível sua presunção.

Cumprе registrar que o equipamento ofertado corresponde a modelo mais recente em relação à referência indicada no edital (Galaxy Tab A9+). Todavia, a eventual atualidade do modelo não implica, por si só, superioridade técnica integral em todos os aspectos relevantes ao atendimento do objeto licitado.

Com efeito, ainda que o processador ofertado possa apresentar desempenho semelhante ou até superior em determinados indicadores globais, a análise técnica deve considerar critérios específicos diretamente relacionados à utilização prática do equipamento. Nesse contexto, ao se analisar comparativos técnicos amplamente aceitos no mercado, verifica-se que, no critério de **Single Thread Rating (Classificação de Thread Única)** — indicador diretamente relacionado à responsividade do sistema e ao desempenho em tarefas cotidianas — o processador **MediaTek MT8775 apresenta desempenho inferior em aproximadamente 3,1% em relação ao Qualcomm Snapdragon 695 (SM6375)**, conforme dados mencionados abaixo:

	Mediatek MT8775	Qualcomm Technologies, Inc SM6375
Price	Search Online	Search Online
Socket Type	NA ²	NA ²
CPU Class	Mobile/Embedded	Mobile/Embedded
Clockspeed	2.5 GHz	2.2 GHz
Turbo Speed	NA ²	NA ²
# of Physical Cores	8 (Threads: 8)	8 (Threads: 8)
Cache	NA ²	NA ²
TDP	NA ²	NA ²
Yearly Running Cost	NA	NA
Other		
First Seen on Chart	Q4 2025	Q2 2022
# of Samples	2	107
CPU Rank	2224	2605
CPU Value	0.0	0.0
Single Thread Rating (% diff. to max in group)	1834 (-3.1%)	1892 (0.0%)
CPU Mark (% diff. to max in group)	5820 (0.0%)	4192 (-28.0%)



Fonte: <https://www.cpubenchmark.net/compare/7099vs4805/Mediatek-MT8775-vs-Qualcomm-Technologies,-Inc-SM6375>

Tal circunstância demonstra que, embora se trate de modelo mais recente, **não há superioridade técnica no critério específico analisado**, o qual é relevante para a aferição do desempenho mínimo esperado pela Administração. A existência de desempenho inferior, ainda que em parâmetro isolado, é suficiente para afastar a caracterização de equivalência exigida para aceitação de componente diverso do especificado.

Ressalte-se que, para fins de atendimento ao edital, não basta que o equipamento seja mais novo ou globalmente comparável, sendo imprescindível que atenda integralmente ao padrão técnico estabelecido. A indicação de modelo de

referência no Termo de Referência traduz um patamar mínimo de desempenho, que não pode ser reduzido por substituições não comprovadamente equivalentes.

Dessa forma, a aceitação de equipamento que, embora mais recente, apresenta desempenho inferior em critério técnico relevante, viola o princípio do julgamento objetivo, previsto na Lei nº 14.133/2021, bem como a vinculação ao instrumento convocatório, ao admitir solução que não atende integralmente aos parâmetros definidos.

Não se trata, portanto, de mera substituição por modelo distinto ou mais atual, mas da oferta de componente que não atinge, de forma plena, o padrão técnico estabelecido pelo edital.

Assim, resta evidenciado o descumprimento de requisito técnico essencial, impondo-se a desclassificação da proposta apresentada.

III – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS (CAPA ANTI-IMPACTO E CANETA STYLUS)

O Termo de Referência estabelece que o fornecimento do equipamento deve incluir, obrigatoriamente, **“capa anti-impacto”** e **“caneta stylus capacitiva recarregável compatível com o tablet”**, tratando-se de elementos integrantes e indissociáveis do objeto licitado.

Todavia, a proposta apresentada pela licitante recorrida não comprova, de forma clara e objetiva, o fornecimento de tais itens, inexistindo no catálogo qualquer indicação inequívoca de que esses acessórios acompanham o equipamento ofertado.

A ausência de comprovação desses itens não configura falha meramente formal, mas sim **incompletude material da proposta**, uma vez que implica oferta de objeto diverso daquele efetivamente licitado.

A aceitação de proposta incompleta compromete a comparabilidade entre os licitantes e viola o princípio da isonomia, ao permitir que um concorrente participe em condições distintas, ofertando produto sem todos os componentes exigidos.

IV – DA VIOLAÇÃO À LEI Nº 14.133/2021 E AOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 5º, que as licitações devem observar os princípios da isonomia, da competitividade e do julgamento objetivo. O art. 11 reforça que o julgamento das propostas deve ocorrer com base em critérios previamente definidos e tecnicamente verificáveis.

No caso em análise, a aceitação de proposta com processador diverso e tecnicamente inferior ao exigido, bem como sem a comprovação dos itens obrigatórios que compõem o objeto, configura violação direta a tais princípios.

Entretanto, o art. 59 da referida lei dispõe que devem ser desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do edital, não sendo facultado à Administração relativizar requisitos técnicos ou admitir propostas incompletas.

A manutenção da decisão recorrida implicaria afronta à legalidade, ao julgamento objetivo e à vinculação ao instrumento convocatório.

V – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer o conhecimento e provimento do presente recurso administrativo, para que seja reformada a decisão recorrida, com a consequente **desclassificação da proposta da Licitante favorecida**, em razão do não atendimento às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto ao processador exigido e à ausência de comprovação dos itens obrigatórios.

Requer, ainda, o regular prosseguimento do certame, com a reanálise das propostas remanescentes, nos termos da legislação vigente.

Nesses termos, pede deferimento.

Nova Santa Rosa – PR, 16 de abril de 2026.